

“Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos?

ANTÓNIO FRANCISCO¹

O maior defeito da raça humana é a nossa incapacidade em compreender a função exponencial (Bartlett 2007).

Em Moçambique, somos muitos? Ou somos poucos? Esta interrogação merece ser abordada, em qualquer altura do ano, mas mais se justifica no presente mês, porque se celebra o Dia Mundial da População a 11 de Julho. Desde 1989, o 11 de Julho de cada ano tornou-se um evento anual de referência na sensibilização da opinião pública internacional, para os problemas demográficos e seu impacto na sociedade.

O termo “explosão demográfica” é por vezes desvalorizado como alarmista e pessimista; mas tal só acontece com pessoas que não fazem esforço para pensar e reflectir na impressionante transformação demográfica, observada na humanidade, nos últimos dois séculos. Foram precisos muitos milhares de anos para que a população mundial atingisse mil milhões de pessoas, por volta do ano 1800. Depois disso, a população tem crescido exponencialmente. Em 1930, ou seja 130 anos após a cifra de mil milhões, a população mundial atingia dois mil milhões de pessoas; Em 1960, apenas 30 anos mais tarde, atingiu três mil milhões; em 1975 atingiu quatro mil milhões; em 1987, isto é apenas 12 anos depois, cinco mil milhões de pessoas; em 1999 seis mil milhões e em 2011, ultrapassou os sete mil milhões de pessoas.

Se uma pessoa não se surpreende com tamanha transformação demográfica, em apenas dois séculos, dificilmente poderá apreciar as múltiplas e complexas implicações de tal fenómeno. Assim sendo, também não admira que proeminentes estudiosos da população mundial, como Thomas Malthus (1766-1834), Garrett Hardin (1915-2003) e Albert Bartlett sejam frequentemente mal compreendidos e questionados. Grande parte desta incompreensão deriva precisamente da grande incapacidade humana, destacada na citação em epígrafe, em compreender a função exponencial.

1. EM MOÇAMBIQUE... TAMBÉM EXISTE EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA?

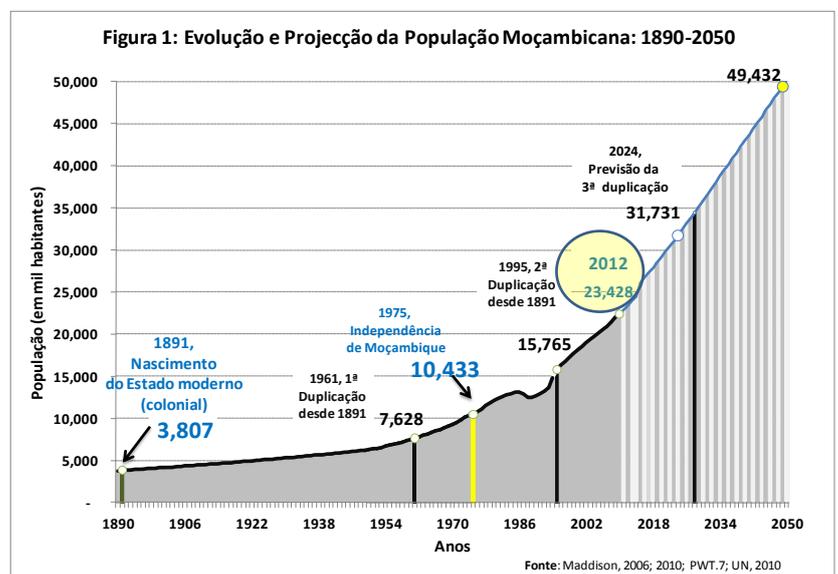
Um erro frequente no senso comum é a ideia de que um extenso território desocupado justifica uma total despreocupação com a gestão do espaço. Esta percepção prevaleceu e continua a prevalecer entre os moçambicanos, tanto em relação à extensão territorial do País em geral, como noutros domínios da vida social (e.g. terra agrícola; recursos naturais; trânsito urbano, entre outros).

A primeira parte do título deste texto reproduz o título de um pequeno artigo, publicado precisamente há 40 anos atrás, por um dos mais destacados investigadores em ciências sociais, na década que antecedeu a Independência de Moçambique. No seu comentário aos resultados provisórios do censo de 1970, António Rita-Ferreira chamou atenção para a aceleração da taxa de crescimento populacional, a qual se aproximava dos 3% ao ano. Aconselhou ainda os planificadores públicos e privados a usarem uma taxa próxima de 3 %, nas suas estimativas para a década de 1970/80, em vez de taxas inferiores

baseadas nos censos anteriores.

Entretanto, a década de 70/80 iria ser tomada de surpresa pelo Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, o qual abriu caminho para o processo de descolonização conducente à Independência de Moçambique em 1975. Não obstante as mudanças radicais e profundas a nível político, social e económico, incluindo a trágica guerra civil que durou 16 anos, tais mudanças não se traduziram em alterações significativas no crescimento populacional, na estrutura etária e no regime demográfico moçambicano. Entre 1970 e 1980 a população cresceu a uma taxa média de 2,7% ao ano.

Desde que Moçambique nasceu como Estado moderno, em 1891, até ao nascimento do Estado soberano, em 1975, decorreram 84 anos. Neste período a população aumentou de 3,8 para 10,4 milhões de habitantes, atingindo a primeira duplicação em 1961. A segunda duplicação aconteceu em 1995. Em 2009, 34 anos após o nascimento do Estado Soberano, a população moçambicana totalizou 21,7 milhões de habitantes, o dobro da existente aquando da independência (Figura 1).



1. Investigador do IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos) e Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. Para aceder ao texto mais extenso, incluindo referências bibliográficas ver Francisco (2012) em www.iese.ac.mz.

Voltando à questão da explosão demográfica, também em Moçambique, tal como a nível mundial, observa-se uma aceleração da taxa de crescimento populacional. Foram precisos 70 anos para que a população moçambicana duplicasse, mas apenas 34 anos, para atingir a segunda duplicação (Figura 1).

2. SEISCENTAS MIL PESSOAS MAIS, SÓ EM 2012!

Quantos somos, presentemente em 2012? Ao certo, ninguém sabe com exactidão. Na base das estimativas disponíveis em 2012, a população moçambicana ronda entre 23,7 milhões, segundo o INE (2010) e 24,4 milhões de habitantes, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Os dados disponibilizados, quer pelo INE quer por organismos internacionais, são satisfatoriamente realistas para quem quiser planificar e lidar com os problemas da população. E aqui está o ponto importante a destacar. O que temos feito, ao longo do corrente ano, para acomodar e integrar os 660 mil moçambicanos adicionais que deverão sobreviver neste ano de 2012? Para se ter uma melhor dimensão do significado destes números, vejamos a seguinte comparação. O efectivo de 970 mil nascimentos estimado para 2012 equivale ao total da população feminina vivendo actualmente em Cabo Delgado, ou em Manica, ou ainda ao total de homens existentes em Sofala. Após subtrairmos os óbitos que se prevê ocorrer em 2012 (cerca de 313 mil óbitos) o balanço final rondará 660 mil pessoas. Daí que o INE estime que em 2012 a população moçambicana alcançará os 23,7 milhões: 23 milhões de 2011 mais o acréscimo de 660 mil sobreviventes em 2012. Este efectivo de 660 mil pessoas equivale ao total de homens vivendo actualmente na Província de Inhambane, ou na Província de Gaza, ou ainda ao total de mulheres que habitam presentemente na Cidade de Maputo.

Perante este quadro, é fácil voltar à dupla interrogação inicial: Somos muitos? Ou somos poucos? Comparando o ritmo de crescimento populacional com as oportunidades de emprego, condições económicas e padrão de vida, a mais realista e honesta resposta à primeira questão é simples: Somos muitos e a multiplicarmos rapidamente. A população moçambicana continua a aumentar a um ritmo extremamente difícil de ser acompanhado e superado pela capacitação física e institucional necessária, para se garantir um padrão de vida digno.

3. EM QUE SENTIDO... SOMOS POUCOS?

Contrariamente às declarações públicas dos políticos governantes moçambicanos o chamado capital humano é profundamente pobre, em

múltiplos sentidos: rendimento, capacidade produtiva e educacional; saúde, experiência e habilidades profissionais e tecnológicas. Neste sentido, é lícito afirmar que, todos juntos, somos poucos para a dimensão dos desafios que a população moçambicana enfrenta nos dias de hoje. Porém, existe aqui uma armadilha analítica. As enormes carências observadas presentemente em Moçambique não poderão ser superadas pelo aumento da população. Pelo contrário! O aumento da população, na verdade, tem agravado os problemas existentes. Basta referir um simples exemplo. Assumindo que a taxa de analfabetismo ronda presentemente os 48%, Moçambique possui hoje cerca de 11 milhões de analfabetos e 12 milhões de alfabetizados.

Tanto o efectivo de alfabetizados como o efectivo de analfabetos é já superior à população total que existia em 1975. Isto acontece porque o ritmo de melhoria da taxa de alfabetização não é suficientemente rápido para compensar o ritmo de crescimento demográfico, por forma a traduzir-se numa maior redução do efectivo absoluto de analfabetos. Por isso, a resposta à questão "Somos Poucos?", precisa ser encontrada na melhoria da qualidade da população existente, em vez do aumento populacional. Isto implica transferir a atenção, esforços e investimento da quantidade para a qualidade da população existente.

4. QUE PERSPECTIVAS PARA MOÇAMBIQUE?

Se as previsões demográficas da ONU, para o século XXI, se concretizarem, em dois séculos a população moçambicana aumentará da módica cifra de 3,8 milhões (1891), para cerca de 74 milhões em 2091. Ou seja, um aumento populacional de quase 20 vezes mais.

Em 2007, o autor deste texto, fez referência à declaração do Governo Moçambicano na sua Política Nacional de População (PNP) de 1999, sobre a intenção de alcançar uma taxa de crescimento da população economicamente sustentável. À medida que o tempo passa torna-se cada vez mais evidente que o Governo não tem uma ideia clara do que significa uma taxa de crescimento sustentável, muito menos do que fazer para a atingir. Isto acontece, em grande parte, quando não se entende porque, do ponto de vista populacional, qualquer taxa superior a zero é demasiado elevada.

Presentemente, para além das declarações politicamente correctas e convenientes, as percepções e acções governamentais com impacto na população, deixam muito a desejar. A título de ilustração, considere-se os seguintes exemplos:

1. Desde os primeiros anos de Independência, políticos e governantes têm exibido uma fascinação exagerada e acrítica pela vasta extensão territorial do País e sobretudo pelos seus abundantes recursos naturais, denotando uma percepção vulgar, romântica e irrealista sobre a relação entre população, economia e desenvolvimento.

2. A aspiração governamental por uma rápida redução da mortalidade e da morbilidade carece de acções correspondentes a nível da reprodução humana, por forma a contrariar e eventualmente estancar a explosão demográfica, no sentido de se restaurar um equilíbrio sustentável entre os componentes da dinâmica populacional.

3. A política de migração (incluindo emigração e imigração) tem revelado, ao longo dos anos, graves manifestações de anti desenvolvimento quer da população quer da sociedade moçambicana em geral. Desde 1975, a questão migratória vem sendo abordada de forma frequentemente preconceituosa, controversa, por vezes com alguma propensão para a xenofobia e o nacionalismo estreito. Enquanto não formos capazes de superar tais preconceitos continuaremos a ter dificuldades em usar a política de migração a favor do desenvolvimento nacional, o que será um desperdício do ponto de vista da melhoria da qualidade e capacitação da população moçambicana.

Estes são apenas três entre muitos exemplos ilustrativos da necessidade de se debater os problemas da população moçambicana. Como defendeu Francisco (2007) a PNP de 1999 precisa de ser revista, não só para que reflecta os novos resultados de pesquisas recentes, como também para que assuma uma função mais progressiva e pró-activa no processo de desenvolvimento moçambicano.